

FINANÇAS FEDERAIS

Governo cria o comitê que vai acompanhar orçamentos públicos

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo criou mais "um filtro" para os gastos públicos, num esforço de conter o déficit público dentro dos parâmetros tratados com o Fundo Monetário Internacional (FMI), reduzindo-o de 6 para 2,9% do PIB neste ano. Está, desde ontem, institucionalizado o Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), que fará uma rigorosa triagem em tudo o que puder exceder os tetos de dispêndios estabelecidos nos orçamentos monetários, fiscal e das empresas estatais.

Para controlar o endividamento dos estados e municípios, evitando que eles sejam mais um foco de pressão sobre o déficit público, foi criada, também, uma comissão de acompanhamento do endividamento dessas unidades da federação, sob a chefia da Secretaria de Articulação entre os Estados e Municípios (Sarem). A portaria que cria essa comissão deverá ser publicada no Diário Oficial de hoje.

O ato interministerial (Portaria nº 200 da Seplan e Ministério da Fazenda), na verdade, formaliza um grupo que todas as terças-feiras se vinha reunindo na Seplan para tratar dos três orçamentos. Agora, entretanto, ele ganha forças, à medida que nenhum assunto de sua competência — que passa pela fixação dos preços mínimos ao controle da dívida pública — será levado aos ministros da Fa-

zenda, Ernane Galvêas, e do Planejamento, Delfim Netto, "sem o parecer prévio" do Comor, como acentua a Portaria nº 200.

VERIFICAÇÃO

Esse assunto — o desempenho do Comor como instrumento controlador do déficit público — foi a pauta do dia de ontem durante a reunião dos técnicos do governo brasileiro (da Seplan e do Banco Central) com a missão do FMI. Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Alberto Sozin Furuguem, a criação do Comor representa um passo importantíssimo dos três orçamentos e dará maior clareza da geração do déficit público, alvo principal nas negociações do FMI com o governo brasileiro.

Segundo explicações do secretário geral da Seplan, José Flávio Pécora, que preside o novo comitê, será implantado um "controle rigoroso" no acompanhamento dos orçamentos, com uma filtragem depurada dos gastos que eventualmente vierem a exceder os tetos estabelecidos pelos respectivos orçamentos. "Sempre que houver riscos de desvios o grupo será ouvido."

Ao comitê, conforme o secretário da Sest, Nelson Mortada, que também participa do grupo, caberá avaliar cuidadosamente tudo o que for extralimites ou, ainda, que implique mudanças nos orçamentos já elaborados: "É mais uma barreira para evitar os excessos", reforçou Mortada, adiantando que

na sua área já existem empresas estatais no "amarelo", e, antes que atinjam o "vermelho", haverá uma reunião entre os ministros, presidentes de estatais e o presidente da República, Aureliano Chaves, nos próximos dias. Este encontro servirá para abordar principalmente o programa de investimentos das estatais.

ABRANGÊNCIA

A área de abrangência que tocará ao comitê interministerial é quase total. Ele cuidará dos créditos adicionais, da arrecadação federal, das despesas de pessoal do setor público, dos dispêndios globais e captação de recursos externos das empresas estatais, além do endividamento interno dessas empresas.

A portaria interministerial alinhava 26 itens que ficarão a cargo de uma profunda avaliação do Comor. Além dos citados acima, há também toda a política agrícola, que vai da fixação dos valores básicos de custeio — VBC — e preços mínimos ao programa de garantia da atividade agropecuária (Proagro), passando pelo plano de safra e operações de crédito para o café, cacau e açúcar.

Na área do endividamento interno, o Comor cuidará da dívida pública mobiliária federal e operações de mercado aberto, incluindo, também, endividamento decorrente de compromissos assumidos no exterior (Aviso GB-588, por exemplo).

As tarifas e preços do setor público passarão pelo crivo do comitê, assim co-

mo a política de exportação e importação de alimentos.

NOMES

A presidência do Comitê Interministerial de Acompanhamento e Execução dos Orçamentos Públicos será ocupada pelos secretários gerais da Seplan, José Flávio Pécora, e do Ministério da Fazenda, Maylson Ferreira da Nóbrega. O superintendente do Iplan/Ipea, José Augusto Arantes Savasine, será o vice-presidente, tendo, ainda, mais doze membros do Banco Central, Banco do Brasil, Seplan e Ministério da Fazenda na composição do comitê.

ENDIVIDAMENTO

Da Comissão de Acompanhamento do Endividamento dos Estados e Municípios participarão, além da Sarem, que a chefia, um representante do Ministério da Fazenda, do Banco Central, do Banco do Brasil, do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do BNH.

Segundo o chefe da Sarem, Pedro Paulo de Ulysses, o papel principal dessa comissão será "o equacionamento" da dívida interna e externa dos estados e municípios e o acompanhamento do déficit público no setor estadual. Para isso ele está fazendo um profundo levantamento das finanças das unidades da federação e, em breve, todos os secretários de Fazenda e Planejamento dos estados serão convocados para uma reunião com o secretário geral da Seplan, José Flávio Pécora, para discutirem todos esses temas.